



Índice

- 01** Operação Ajuricaba: empresa desviou R\$ 32 milhões da Casa do Índio de RO
- 02** Polícia Federal investiga uso de mão de obra escrava indígena no Paraná
- 03** Fazendeiro e indígenas entram em acordo e comunidade permanecerá em propriedade
- 04** Terra indígena Yawanawá tem mais de 300 desabrigados com a cheia do rio Gregório
- 05** Comunidades Negras Quilombolas e de Matriz Africana reúnem se na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.
- 06** Indígenas vivem em garagem abandonada da Funai há mais de três anos, sem serviços básicos
- 07** Homem é preso suspeito de aliciar indígenas para prostituição em MS
- 08** Lei isenta comunidades quilombolas do pagamento do ITR e perdoa dívida
- 09** Agenda quilombola e dos povos de matriz africana é apresentada no Encontro da SEPPIR com a região Norte
- 10** Carta I da Autodemarcação do Território Daje Kapap Eypi, Munduruku
- 11** Seminário em Imperatriz discute impactos ambientais e sociais gerados pela Usina Hidrelétrica de Serra Quebrada
- 12** Vestibular Indígena do Paraná tem mais de 500 inscritos
- 13** Inscrições abertas para curso de formação sobre gestão de Terras Indígenas
- 14** Dezesseis mil pescadores devem receber o seguro-defeso no Amapá



-
- 15** **Em nota, Diocese de Roraima se posiciona contra criação de Instituto Nacional de Saúde Indígena**
 - 16** Projeto Livro Solidário está na programação da comunidade quilombola do Abacatal
 - 17** Comissão debate concessão de seguro-defeso para pescadores
 - 18** MS – Começa hoje a Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe (Grande Assembleia do Povo Terena), na Aldeia Lalima
 - 19** “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” é lançado em ritmo Amazônico
 - 20** Movimento de Pescadores Artesanais discute pesca de pequena escala no país
 - 21** A Consulta Prévia e o Sagrado, por Felício Pontes e Rodrigo Oliveira
 - 22** Alagoas amplia adesão de Comunidades Quilombolas no Cadastro Único
 - 23** Indígenas da etnia Tikuna são registrados como técnicos de enfermagem
 - 24** Adolescente Guarani-Kaiowá é atropelada por pistoleiro e está em estado crítico
 - 25** Ninawa ganha na Justiça do Acre direito de ter o nome da etnia Huni Kui em seu sobrenome
 - 26** **Unidade móvel para atendimento à mulher participa da semana da consciência negra**



01 Operação Ajuricaba: empresa desviou R\$ 32 milhões da Casa do Índio de RO
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.11.2014

*Polícia Federal apreendeu mais de R\$ 300 mil em casa de empresário.
Duas empresas de alimentação são investigadas por superfaturar notas.*

Karla Cabral

Do G1 RO



A PF e a CGU divulgaram nesta terça-feira resultados de investigações (Foto: Karla Cabral/G1)

A Polícia Federal (PF) e a Controladoria Geral da União (CGU) divulgaram nesta terça-feira (18) que uma empresa responsável pelo fornecimento de refeições à Casa de Apoio ao Índio (Casai) em Rondônia recebeu, por meio de notas fraudulentas, cerca de R\$ 32 milhões em quatro anos. A estimativa é que, por ano, eram desviados cerca de R\$ 5 milhões. O nome da empresa não foi divulgado. O esquema foi descoberto na Operação Ajuricaba, que investigou fraudes em contratos administrativos de prestação de serviço de alimentação a indígenas no estado.

Segundo o superintendente da PF, Carlos Manoel Gaia da Costa, a operação ainda está em fase de cumprimento de mandados de busca e apreensão de funcionários da Casai e de duas empresas que estão sendo investigadas, a que recebeu os R\$ 32 milhões e mais uma. "Recebemos denúncias anônimas e hoje foi deflagrada a Operação Ajuricaba com o objetivo desarticular a quadrilha especializada em desvios de recursos públicos", informou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

De acordo com o assessor de operações especiais da CGU, Wagner de Campos Rosário, as fraudes estão ligadas aos valores de notas fiscais que não condizem com os valores declarados pela Casai. "Verificamos que os valores pagos não batiam com os valores declarados. Nós buscamos obter mais informações para que possamos quantificar os prejuízos e identificar melhor a fraude", explicou Wagner.



Polícia Federal cumpriu 11 mandados de busca e apreensão (Foto: Gaia Quiquidô/G1)

Foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão e 6 mandados de condução coercitiva nos municípios de Guajará-Mirim (RO), Ji-Paraná (RO), Cacoal (RO), Porto Velho e Humaitá (AM). Durante as buscas, foram apreendidos mais de R\$ 300 mil em espécie, na casa de um empresário envolvido nos desvios.

A PF tem 30 dias para concluir o inquérito. As penas para os envolvidos no esquema, caso os crimes sejam comprovados, variam de 4 a 12 anos de prisão. "Com os documentos apreendidos e ouvindo as pessoas, com certeza, nós vamos poder pedir prisões no futuro", declarou Carlos da Costa.

02 Polícia Federal investiga uso de mão de obra escrava indígena no Paraná
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.11.2014

*Denúncias envolvem um suposto agenciador de Guaíra, no oeste do estado.
Homem preso é suspeito de aliciar e manter 13 índios em situação precária.*

Do G1 PR, com informações da RPC TV Cascavel



Nesta terça-feira (18), servidores do Ministério do Trabalho iniciaram a confecção das carteiras de trabalho dos indígenas

(Foto: Eduardo Fornari / RPC TV)

A Polícia Federal (PF) está investigando denúncias de trabalho escravo indígena em propriedades rurais de Guaíra, no oeste do Paraná. As denúncias também devem ser apuradas pelo Ministério Público no Paraná. Na quinta-feira (13), um grupo de 12 índios, entre eles cinco menores, foi flagrado sendo transportado de um alojamento para uma fazenda. Dias antes, um índio que havia sido demitido pelo suposto aliciador informou os abusos. O suspeito foi preso depois de constatadas as más condições em que eles vinham sendo mantidos.



Fiscais do MTE encontraram índios vivendo em situação precária (Foto: MTE / Divulgação)

CONT.



Os índios dormiam em um alojamento com espaço para acomodar seis pessoas em beliches. Alguns sem colchão. Outros se acomodavam fora do cômodo. Todo o dinheiro recebido era entregue ao homem, que descontava as refeições servidas ao grupo. Segundo a PF, os valores eram abusivos. Ele era responsável também por trazer os indígenas do Paraguai para o Brasil a pedido de outros fazendeiros da cidade. O grupo chegou ao país no dia 1º de outubro para trabalhar em lavouras de mandioca e milho.

Para o delegado Marcos Smith há outros grupos indígenas que estão sendo explorados. "Aqui em Guaíra, há um processo de demarcação de terras indígenas muito grande, então a região acabou se tornando um atrativo para índios do Paraguai e do Mato Grosso do Sul", afirma.

Nesta terça-feira (18), servidores do MTE de Foz do Iguaçu seguiram para Guaíra para providenciarem a emissão de carteiras de trabalho para os índios, que estão provisoriamente em um hotel da cidade. Com o documento, eles poderão receber três meses de seguro desemprego especial, conforme a resolução que permite o benefício a trabalhadores estrangeiros em situação de vulnerabilidade no país. Eles devem retornar à aldeia São João, no Paraguai, nos próximos dias. O suspeito de aliciamento continua preso na delegacia da PF em Guaíra.

03 Fazendeiro e indígenas entram em acordo e comunidade permanecerá em propriedade
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 18.11.2014

Processo judicial está suspenso até o fim do procedimento de demarcação de terra.

DA REDAÇÃO



Indígenas terão direito a 97 hectares até o fim do processo de demarcação

(Foto: MPF/Divulgação)

A Comunidade Indígena Pyelito Kue, com cerca de 150 pessoas da etnia guarani-kaiowá, vai permanecer em 97 hectares da fazenda Cambará, em Iguatemi, fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. A sede da fazenda deve ser desocupada até 4 de dezembro.

O acordo foi celebrado em audiência de conciliação solicitada pelo Ministério Público Federal (MPF) em Naviraí, no bojo do processo de reintegração de posse. Participaram da audiência o proprietário da fazenda, indígenas, intérprete, um antropólogo, representantes da Funai e do Ministério Público Federal.

Ficou estabelecido que a área de 97 hectares seria destinada à comunidade indígena em regime de comodato, não havendo oposição do autor da ação à eventual construção de escola, posto de saúde, casa de reza, bem como “a quaisquer benfeitorias eventualmente necessárias para manutenção da sobrevivência da comunidade no local”. Será permitido o acesso de instituições de assistência aos indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) se comprometeu a prestar auxílio aos indígenas na preparação do solo para plantio.

Para o procurador da República Francisco Calderano, o acordo inédito “deve ser comemorado, pois aponta para um outro caminho na condução desses litígios. É de se louvar a disposição das partes ao diálogo e também a postura do Judiciário neste caso específico, ao deferir a audiência de conciliação antes da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

tomada da decisão, procurando solucionar um sensível conflito social para além da lógica individualista que marca as ações possessórias. No entanto, é uma solução paliativa. O flagelo dos indígenas só irá ter fim quando suas terras tradicionais forem definitivamente demarcadas”.

04 Terra indígena Yawanawá tem mais de 300 desabrigados com a cheia do rio Gregório
SÍTIO O RIO BRANCO, 18.11.2014



No rio Gregório, uma forte alagação atingiu a Terra Indígena Yawanawá. Cinco aldeias foram afetadas. Segundo relatório do corpo de bombeiros, 310 pessoas estão desabrigadas. Os maiores prejuízos são materiais. Os indígenas perderam seus roçados e criações de pequeno porte.

A maioria salvou apenas as roupas do corpo.

Os estragos materiais foram registrados pela cinegrafista Debora Saraiva que realizava um documentário sobre o modo de vida e a espiritualidade Yawanawá.

Nas fotos retiradas pelo Corpo de Bombeiros as imagens revelam a destruição deixada após a passagem da tromba d'água.

Os prejuízos atingiram também uma marcenaria, já totalmente equipada que seria inaugurada em breve. A estimativa é que o prejuízo ultrapasse 1 milhão de reais.

O apoio tem sido dado pelo comando do corpo de bombeiros de Cruzeiro do Sul, já que os bombeiros de Tarauacá estão totalmente ocupados com a alagação no município que já atingiu 4 mil pessoas.

A Coordenação Regional da FUNAI em Cruzeiro do Sul- AC (próximo à delegacia geral de polícia) está recebendo os donativos.

[Juruaonline]



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

05 Comunidades Negras Quilombolas e de Matriz Africana reúnem se na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO E TV WEB (CHICO TERRA.COM), 18.11.2014

PUBLICADO POR [CHICO TERRA](#)

Comunidades Negras Quilombolas e de Matriz Africana reúnem se na Assembleia Legislativa para discutir os 09 anos de Gestão de Igualdade Racial no Estado do Amapá, através da Coordenação Estadual das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Amapá.

No dia 20 de novembro de 2014, quinta-feira às 15 horas, o Movimento Quilombola e Matriz Africanas realizam um grande evento com o movimento social negro para avaliar os 09 anos de gestão e avaliação da política inclusiva de igualdade Racial no Estado do Amapá. A dinâmica é avaliar quais foram os investimentos e incentivos que foram realizado para a população Negra, nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, regularização fundiária e cultural para as comunidades afins, para além disso, o encontro tem como finalidade avaliar IDH (índice de Desenvolvimento Humano).

Na oportunidade será analisado o programa que foi aprovado na Assembleia Legislativa para direcionar a uma políticas que desenvolva transversalidade social que diminua as desigualdades sociais entre a população negra que ainda se encontra na linha do Estado pobreza no país e no Amapá.

Foram convidados representantes das esferas parlamentares Federal, Estadual e Gestão, participarão diversas comunidades quilombolas, Matriz Africana e movimento negro.

Concentração às 14 horas em frente Ministério Público, Avenida Fáb. Praça da Bandeira

Contato: 09691184636 fone Watssap;

Nubia.quilombolaap36

Núbia de Souza

Secretária Geral

Coordenadora Executiva CONAQ

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Fone:096 91184636 – vivo/AP 096 88046997 – oi/AP

09684066158 -claro/AP 096 81000597 – tim/AP

TELEFONE EM BRASILIA

06198257327 – vivo/DF 06193231228-Claro/DF 06182670137- TIM/DF

REDE SOCIAIS

nubia.quilombolaap; Face:nubiaquilombola;Twiter: nubiadesouza

COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS- CONAQ

Email: conaqsecretaria@yahoo.com.br/conaqadm@gmail.com fone: (61) 3321 3544

Endereço: CONIC- Conjunto Baracat, SDS, Bloco F e G, Lote 41- Sala 111- 1º Andar/ CEP: 70392-900/Brasilia-DF

06 Indígenas vivem em garagem abandonada da Funai há mais de três anos, sem serviços básicos
SÍTIO A CRÍTICA, 18.11.2014

Nove famílias das etnias Tikuna e Kokama ocupam o terreno desde abril de 2011, e a principal preocupação é a falta de saneamento básico para os índios

Manaus (AM), 18 de Novembro de 2014

LUANA CARVALHO



Área é considerada insalubre e as crianças ficam doentes: algumas delas pegaram rotavírus e diarreia (Antônio Menezes)

[CONFIRA GALERIA DE IMAGENS](#)

Nove famílias indígenas, das etnias Tikuna e Kokama, convivem há pelo menos três anos com ratos e baratas em pequenos barracos, dentro de uma garagem abandonada da Fundação Nacional do Índio (Funai), na rua 24 de Maio, Centro. O local não possui saneamento básico e as condições precárias contribuem para a disseminação de doenças infecto-contagiosas.

A pedido da Defensoria Pública da União (DPU) do Amazonas, o Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1) determinou que a Funai providenciasse, em julho deste ano, locais adequados para abrigar os índios. No entanto, quase cinco meses depois a decisão liminar não foi atendida pela Funai.

O defensor público federal responsável pelo caso, Edilson Santana informou que o DPU pediu a fixação de multa de R\$ 10 mil por dia de descumprimento da decisão. “Vai completar mais de 3 anos que esses índios vivem de forma insalubre e penosa. Além do descaso na esfera da própria decisão judicial, também ocorre o descaso com a Defensoria Pública e principalmente com essas famílias”, comentou.

CONT.

Os indígenas passaram a ocupar o terreno em abril de 2011, com autorização do então coordenador regional da Fundação, Odiney Rodrigues. Eles foram retirados de Tabatinga (distante 1.108 quilômetros de Manaus), em razão de conflitos fundiários. Cerca de 80 pessoas, sendo 26 crianças, ocupam o local.

Esquecidos

A kokama Adriana Souza, 27, diz viver em um “verdadeiro inferno”. Seu filho, de 6 anos, teve febre e diarreia duas vezes neste mês. “Vamos ao médico e todos dizem que o motivo é o ambiente onde vivemos. Dormimos com ratos e baratas todos os dias”, lamentou.



Os relatos de crianças e adultos que foram mordidos por ratos são comuns. Os dois filhos do kokama Eliomar Benedito, 24, tiveram rotavírus por causa do contato com baratas. “Minha filha de 1 ano e meu filho de 2 adoeceram gravemente neste ano. É muito triste viver desta maneira”, lamentou. As crianças tomam banho em um girau improvisado. As nove famílias dividem um único banheiro para fazer as necessidades fisiológicas.

Funai diz ter conhecimento

Por meio da assessoria de comunicação a Funai informou ter conhecimento da situação insalubre que vivem os indígenas e salientou que a decisão equivocada de abrigar as famílias na garagem foi tomada por uma antiga gestão regional, em 2011.

A Funai ressaltou que não possui política habitacional e não acomoda indígenas em prédios regionais. Segundo o órgão, as nove famílias estão cadastradas no Sistema de Habitação, da Superintendência de Habitação do Amazonas (Suhab). Uma audiência com os indígenas e a Fundação foi designada para o dia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

20 de janeiro de 2015.



Ainda em nota, o órgão garantiu que uma reunião com o atual governador do Estado, José Melo, foi marcada para solicitar urgência na liberação das moradias para os indígenas. Porém, nenhuma previsão para a retirada das nove famílias de Kokama e Tikunas do local foi informada.

Tradição Indígena

Gracilene Aparício, 50, improvisou uma horta de plantas medicinais, na carroceria de um carro abandonado. Babosa, hortelã, capim-santo, boldo roxo e dedo-de-adão são utilizados pela matriarca para curar adultos e crianças. Ela conta que as receitas são repassadas a cada geração.



07 Homem é preso suspeito de aliciar indígenas para prostituição em MS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.11.2014

*Homem atraía adolescentes com proposta de trabalho em Dourados.
Polícia apreendeu eletrônicos para apurar possível caso de pedofilia.*

Do G1 MS com informações da TV Morena

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/11/homem-e-presosuspeito-de-aliciar-indigenas-para-prostituicao-em-ms.html>

Um homem de 35 anos foi preso por suspeita de aliciar adolescentes indígenas para a prostituição em Dourados, a 214 km de Campo Grande. Segundo a Polícia Civil, as adolescentes foram atraídas por anúncio de trabalho.

Os policiais chegaram até o suspeito através de denúncias anônimas e, na casa dele, estavam três jovens, de 14, 15 e 17 anos. Segundo a polícia, as meninas estavam bebendo e disseram que, ao responder ao anúncio de emprego, receberam propostas para se prostituírem.

A conselheira tutelar Janine Matos disse que o suspeito dizia para as indígenas que daria mais dinheiro àquela que bebesse mais. Ele prometia às vítimas até R\$ 800 reais para manter relações com elas, além de equipamentos eletrônicos e móveis para as famílias delas quando fosse embora da cidade.

Conforme a delegada responsável pelo caso, Rozeli Dolor Galego, computadores e celulares foram apreendidos na casa do suspeito e a perícia vai indicar se houve o crime de pedofilia e se o suspeito estava aliciando outras meninas.

Na casa do suspeito foram encontradas ainda brinquedos, como carrinhos de controle remoto, ursos de pelúcia e videogames.

Após ser preso, na delegacia o suspeito ameaçou as adolescentes para que elas não contassem nada à polícia. Ele vai responder pelos crimes de ameaça, favorecimento a prostituição de menores e fornecer bebidas alcoólicas para adolescentes. Em caso de condenação, a pena pode ser superior a 10 anos de prisão.



08 Lei isenta comunidades quilombolas do pagamento do ITR e perdoa dívida
SÍTIO CEDEFES, 18.11.2014

A partir de agora, as comunidades quilombolas não terão mais que pagar o Imposto Territorial Rural (ITR). De acordo com a Lei 13.043/14, “os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural”.

A partir de agora, as comunidades quilombolas não terão mais que pagar o Imposto Territorial Rural (ITR). De acordo com a Lei 13.043/14, “os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural”.

A norma também estabelece que as dívidas acumuladas devido à cobrança do ITR e registradas como dívida ativa serão perdoadas. Antes, a Lei 9.393/96, que dispõe sobre o ITR, tornavam isentos da cobrança do imposto apenas os assentamentos oficialmente incluídos nas políticas de reforma agrária e as pequenas propriedades exploradas pelo proprietário e sua família.

Sancionada na quinta-feira (13), a regra é fruto da [aprovação da Medida Provisória \(MP\) 651/14](#), que trata de políticas tributárias e de incentivo ao setor produtivo, como a desoneração da folha de pagamentos de contratação de pessoal. Mas a MP incluiu uma série de outras questões, a exemplo da ampliação do prazo para o fim dos lixões e a instalação de aterros sanitários e da isenção do pagamento do imposto pelos quilombolas.

A inclusão das mudanças na MP resultou da articulação de quilombolas e de entidades como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Carta assinada por essas entidades destaca que a cobrança tem penalizado as comunidades descendentes de quilombos cujas terras estão tituladas. Citam, dentre outras, o caso dos quilombolas das Ilhas de Abaetetuba, no Pará, que acumulam uma dívida ativa de mais de R\$ 18 milhões de cobrança do ITR. Por causa disso, a associação responsável fica impossibilitada de ter acesso a uma série de políticas públicas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

De acordo com a assessora política do Inesc, Alessandra Cardoso, a cobrança do imposto era indevida porque o ITR é voltado às propriedades privadas e tem o objetivo não apenas de arrecadar recursos, mas de disciplinar o uso da terra, a fim de que a propriedade seja produtiva e cumpra sua função social. No entanto, quando a lei foi reformulada, em 1997, “ela deixou essa lacuna e não deu o tratamento diferenciado para os quilombolas, cuja situação ainda não era tão debatida publicamente”.

A assessora explica que “esse problema já é antigo, mas não se tinha encontrado uma solução judicial, apesar das argumentações de que a cobrança não se aplicava”. Agora, com a aprovação da lei, as comunidades deixam de ter o constrangimento de acumular dívidas impagáveis e ficam liberadas para que possam acessar outros direitos e políticas públicas.

Alessandra destaca que, “do ponto de vista mais amplo da luta pelo reconhecimento das terras quilombolas, isso representa um grande ganho, porque é mais uma lei que reforça que esses territórios possuem uma natureza distinta, que é uma terra coletiva que carrega outro sentido”.

Fonte: Helena Martins – Repórter da Agência Brasil



09 Agenda quilombola e dos povos de matriz africana é apresentada no Encontro da SEPPIR com a região Norte

SÍTIO CEDEFES, 18.11.2014

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana estiveram entre as iniciativas tratadas pela secretária da Secomt

As ações e programas coordenados pela Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt) foram apresentados no II Diálogo da SEPPIR-PR com a Região Norte pela titular da área, Silvano Euclênio. O evento reuniu lideranças do movimento negro, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, mulheres e juventude negra, acadêmicos, gestores e gestoras de políticas de promoção da igualdade racial entre os dias 11 a 13, na cidade de Palmas-TO.

A secretária da Secomt falou da ampla agenda direcionada aos quilombolas e aos povos de matriz africana e disse que, focada nestes segmentos, a SEPPIR tem a missão de articular com os órgãos federais, estaduais e municipais para a promoção da igualdade racial na formulação, coordenação e monitoramento dos planos, programas e projetos.

O encontro em Palmas foi organizado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR) com o objetivo de dar aos participantes um retorno sobre as demandas colocadas na [primeira edição da ação em 2013](#), bem como informar o que foi implementado pelo órgão no período.

Em sua fala, Silvano Euclênio destacou a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** instituída pelo Decreto 6.040/2007. “Essa legislação refere-se a uma imensidão de grupos que vivem aqui, no Norte, e garante uma série de direitos, pois os reconhece culturalmente diferenciados, em como suas formas de organização, no sentido de promover o seu desenvolvimento sustentável”, afirmou.

A secretária apresentou os dados da região no Programa Brasil Quilombola (PBQ), que agrupa ações nos eixos: ‘acesso à terra’, ‘infraestrutura e qualidade de vida’, ‘inclusão produtiva e desenvolvimento local’, ‘direitos e cidadania’.

Quanto à execução das políticas para os quilombolas, Euclênio afirma que a maior dificuldade está na questão fundiária. “Hoje, no Brasil, o acesso e a garantia à terra é o ponto frágil das políticas voltadas ao

CONT.



segmento. No PBQ, o acesso à terra consiste na execução e acompanhamento dos trâmites para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas”, informou a secretária da Secomt, explicando que a SEPPIR é responsável pela coordenação do Programa, executado em parceria com mais 11 ministérios e outros órgãos do Governo Federal.

Matriz Africana

Sobre o **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**, Silvany destacou particularidades do processo de elaboração das políticas públicas. “Como vamos organizar políticas para um segmento que o poder público e a sociedade enxergam apenas como religião? Trata-se, na verdade, de grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o Brasil por africanos transladados durante o sistema escravista, com territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade. São referências de africanidade na sociedade brasileira”, afirmou.

“Se a maioria das casas de matriz africana, 95% delas, faz a distribuição de comida, então se tornam pontos essenciais no combate à miséria. Assim, é fundamental que haja um investimento por parte do Estado para retirar as populações tradicionais da situação de vulnerabilidade na qual se encontram” continuou Euclênio, explicando que são três os eixos trabalhados no Plano: ‘garantia de direitos’, ‘territorialidade e cultura e inclusão social’, ‘desenvolvimento sustentável’.

Na sequência, a secretária apontou ações da Secomt voltadas ao fortalecimento institucional das organizações, a exemplo dos diálogos sobre políticas públicas, cursos de formação sobre o Siconv (Portal de Convênios do Governo Federal), chamadas públicas, e o estabelecimento de convênios com estados do Norte como o Amapá e o Pará.

Histórico

Em maio de 2013, a SEPPIR/PR realizou, em Belém-PA, o evento “Diálogo com a Região Norte”, que teve como objetivo apresentar as políticas e ações do órgão da Presidência da República para representantes de organizações da sociedade civil e gestores de organismos de Promoção da Igualdade Racial do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A atividade teve a participação de lideranças dos sete estados da região e de diferentes segmentos do movimento negro, que debateram e expuseram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

questões de interesse local, reivindicações e sugestões.

O encontro possibilitou a identificação e atualização de demandas do Norte na agenda de promoção da igualdade racial, o estabelecimento de um diálogo mais próximo com as organizações da sociedade civil e com os gestores e gestoras de PIR da região.

Fonte: SEPPIR

10 Carta I da Autodemarcação do Território Daje Kapap Eypi, Munduruku
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto: Larissa Saud

Aldeia Sawré Muybu – Itaituba/PA, 17 de novembro de 2014

Nossos antigos nos contavam que o tamanduá é tranquilo e quieto, fica no cantinho dele não mexe com ninguém, mas quando se sente ameaçado mata com um abraço e suas unhas.

Nós somos assim. Quietos, tranquilos, igual o tamanduá. É o governo que está tirando nosso sossego, é o governo que está mexendo com nossa mãe terra – nossa esposa.

Hoje, 17 de novembro, faz três meses que reunimos com a FUNAI e representantes do governo em Brasília-DF exigindo a publicação do relatório da demarcação da Terra IPI` WUYXI`IBUYXIM`IKUKAM; DAJE KAPAP EYPI – I`ECUG`AP KARODAYBI. Em setembro de 2013 o relatório delimitando nosso território foi concluído, mas não foi publicado e escutamos como resposta da então Presidente da FUNAI, Maria Augusta, dizendo que a nossa terra é uma área de empreendimentos hidrelétricos, e que por causa do interesse de outros órgãos do governo o relatório não foi publicado. Após duas semanas da reunião de Brasília recebemos notícias de que o Ministério Público Federal entrou com ação obrigando a FUNAI a publicar o relatório, o que a mesma não fez, e semana passada ficamos sabendo que o desembargador do TRF-1 caçou a referida liminar. Mas isso não foi novidade para nós Munduruku. Nunca abaixaremos a cabeça e abriremos a nossa mão, a luta continua! Somos verdadeiros donos da Terra, já existimos antes da chegada dos portugueses invasores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Hoje também fez um mês que iniciamos a autodemarcação da nossa Terra IPI`WUYXI`IBUYXIM`IKUKAM DAJE KAPAP EYPI, por não confiar nas palavras enganosas do governo e de seus órgãos.

Garantir o nosso território sempre vivo é o que nos dá força e coragem. Sem a terra não sabemos sobreviver. Ela é a nossa mãe, que respeitamos. Sabemos que contra nós vem o governo com seus grandes projetos para matar o nosso Rio, floresta, vida.

Esse território atende às populações do Médio e Alto Tapajós.

Esperamos pelo governo há décadas para demarcar nossa Terra e ele nunca o fez. Por causa disso que a nossa terra está morrendo, nossa floresta está chorando, pelas árvores que encontramos deixados por madeireiros nos ramais para serem vendidos de forma ilegal nas serrarias e isso o IBAMA não atua em sua fiscalização. Só em um ramal foi derrubado o equivalente a 30 caminhões com toras de madeiras, árvores centenárias como Ipê, áreas imensas de açazais são derrubadas para tirar palmitos. Nosso coração está triste.

Nesses 30 dias da autodemarcação já caminhamos cerca de 7 km e fizemos 2 km e meio de picadas. Encontramos 11 madeireiros, 3 caminhões, 4 motos, 1 trator e inúmeras toras de madeiras de lei às margens dos ramais em nossas terras, e na manhã do dia 15 fomos surpreendidos em nosso acampamento por um grupo de 4 madeireiros, grileiros liderado pelo Vilmar que se diz dono de 6 lotes de terra dentro do nosso território, disse ainda que não irá permitir perder suas terras para nós e na segunda próxima estaria levando o caso para a justiça.

Agora decretamos que não vamos esperar mais pelo governo. Agora decidimos fazer a autodemarcação, nós queremos que o governo respeite o nosso trabalho, respeite nossos antepassados, respeite nossa cultura, respeite nossa vida. Só paramos quando concluir o nosso trabalho.

SAWE, SAWE, SAWE.

-

Enviado para Combate Racismo Ambiental por Larissa Saude, de [Autodemarcação no Tapajós](#).

11 Seminário em Imperatriz discute impactos ambientais e sociais gerados pela Usina Hidrelétrica de Serra Quebrada

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2014

Por CombateRacismoAmbiental



Evento terá participação de povos indígenas, CIMI, CPT, MST, UEMA, STTR do Bico do Papagaio e APATO.

CPT

A Articulação em Defesa dos Rios Tocantins e Araguaia realizará entre os dias 19, 20 e 21 de novembro de 2014, em Imperatriz (MA), um seminário para discutir os impactos ambientais e sociais gerados pela implementação da Usina Hidrelétrica de Serra Quebrada, no município de Governador Edison Lobão (MA).

O encontro contará com a participação dos povos indígenas Apinajé e Krahô, além de integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Sem Terra (MST), da Universidade Federal do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio e da APATO.

Há mais de dez anos, desde quando foi iniciado o planejamento da barragem, na região tocantinense conhecida como “Bico do Papagaio”, os indígenas, pescadores e pequenos produtores rurais se opõem à liberação do projeto de construção da UHE de Serra Quebrada. Ainda que a população não tenha aprovado a construção da usina, o Ibama concedeu ao órgão responsável pela obra o Termo de Referência (TR) para elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

De acordo com o Ibama, um reservatório de aproximadamente 386 km² será formado e inundará terras já habitadas por diversas comunidades nos municípios de Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene, Montes Altos, Campestre do Maranhão, Porto Franco e Estreito no estado do Maranhão, e Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Tocantinópolis e Aguiarnópolis, no estado do Tocantins. Estima-se que cerca de 14 mil pessoas sejam deslocadas de suas regiões atuais, mas o número pode ser ainda maior.

As empresas que fazem parte do consórcio para a construção são BHP Billinton Metais S/A, Construções e Comércio Camargo Córrea S/A, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) Alcoa Alumínio S/A. A usina faz parte dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Serviço:

I Seminário em Defesa dos Rios Tocantins e Araguaia

Data: 19, 20 e 21 de novembro de 2014

Local: Comunidade Nossa Senhora da Conceição, Imperatriz (MA)

Participação limitada a convidados

Para mais informações:

Gilderlan Rodrigues da Silva

Conselho Indigenista Missionário

E-mail: aukhecanela@gmail.com

Contatos:

(99) 98401.8989 – Claro

(99) 9144.3676 – Vivo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Rafael Oliveira

Comissão Pastoral da Terra – Araguaia/Tocantins

E-mail: roliveira.cpt@gmail.com

Contatos:

(63) 9101.7760 – Claro

(11) 99501.3341 – Claro



12 Vestibular Indígena do Paraná tem mais de 500 inscritos
SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 18.11.2014

A Comissão Universidade para Índios (CUIA) registrou um total de 505 inscritos no Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná 2015. Foto: Divulgação A Comissão Universidade para Índios (Cuia) registrou 505 inscritos no Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná 2015. Dos 41 cursos oferecidos, o que teve maior número de interessados foi o de Pedagogia (109). Em segundo lugar está o curso de Educação Física (62), seguido de Medicina (34). São candidatos de 24 terras indígenas localizadas em cidades paranaenses, além de pessoas que vivem em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Pernambuco.

Em 2014 o vestibular é organizado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), instituição com o maior número de inscritos – 115. A Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) teve 79 inscrições, seguida da Universidade Estadual de Maringá (UEM) com 76; Universidade Federal do Paraná (UFPR), com 64 inscritos; Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), com 62; Universidade Estadual de Londrina (UEL), com 59; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com 41 inscritos, e Universidade Estadual do Paraná (Unespar), com sete inscrições. São 248 mulheres e 257 homens e, destes, 52 candidatos são de outros estados.

Este é o 14º Vestibular dos Povos Indígenas. A coordenadora da Cuia na Unicentro e do concurso 2015, Déa Maria Ferreira, explica que muitos avanços já ocorreram nas aldeias desde o primeiro vestibular realizado em Guarapuava em 2002, que teve 54 inscritos. “Tivemos muita mudança. A autoestima deles melhorou muito, eles estão mais entusiasmados. No começo nossos alunos indígenas me perguntavam se voltariam para as aldeias depois de formados e eu respondia que só o tempo diria. Hoje é uma realidade. A maioria vai trabalhar na terra indígena, o que contribui muito com o progresso das aldeias. A raiz na terra indígena é muito forte”, destacou.

Para participar do vestibular indígena nas universidades estaduais, além de se autodeclarar índio, o candidato também precisa de uma carta de apresentação assinada pelo cacique. Aqueles que não apresentaram o documento no ato da inscrição poderão entrar com recurso até 21 de novembro.

A cada ano o concurso é realizado por uma das oito universidades. São disponibilizadas 42 vagas nas universidades estaduais do Paraná e 10 vagas para a UFPR. As vagas são exclusivamente para os integrantes das Sociedades Indígenas no Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

PROVAS – As provas serão realizadas em 18 e 19 de dezembro, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no Centro Politécnico (Cedeteg), em Guarapuava. Serão aplicadas uma prova de redação e outra prova objetiva composta por 40 questões, incluindo Língua Portuguesa (Interpretação de textos), Língua Estrangeira Moderna ou Língua Indígena, Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química.

Haverá ainda outra forma de avaliação para identificar a capacidade do aluno de dialogar sobre determinados temas. Os principais critérios dessa avaliação serão a capacidade do candidato de comentar os temas propostos no texto da prova de maneira coerente e a capacidade argumentativa e opinativa em relação ao texto lido.

A Comissão Universidade para Índios (Cuia), formada por um representante de cada universidade envolvida nesse processo, é a responsável pela organização do vestibular.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: <http://www.facebook.com/governopr> e <http://www.pr.gov.br/>

Áudio

[Confira o áudio desta notícia](#)

Fotos





Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

13 Inscrições abertas para curso de formação sobre gestão de Terras Indígenas
SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.11.2014

Chamada pública

Capacitação visa aprofundar diretrizes da política nacional de gestão ambiental. Inscrições podem ser feitas até 12 de janeiro de 2015

por Portal Brasil

Divulgação/MMA



Índios fulni-ô são uma das etnias atendidas

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançaram [edital de seleção](#) para o curso básico de formação em Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), voltado para indígenas e gestores públicos do Cerrado. O prazo para envio das candidaturas vai até 12 de janeiro de 2015.

O curso terá duração de um ano, entre março de 2015 a março de 2016 – e são oferecidas 40 vagas. Ao todo, serão cinco módulos presenciais, intercalados por quatro períodos em campo. Para participar é preciso preencher a [ficha de inscrição](#).

O objetivo do curso é melhorar a compreensão sobre o que é a PNGATI, seus objetivos, diretrizes e eixos. “Com o curso, tanto servidores públicos poderão contribuir na implementação da política, fornecendo oportunidades de diálogo, reflexão, construção e proposição conjunta de ações”, explica o analista ambiental Rodrigo Medeiros, do Departamento de Extrativismo do MMA.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

O curso conta com o apoio do Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Edital

Foi prorrogado até o dia 17 de dezembro o prazo para apresentação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas, localizadas nos biomas Caatinga e Cerrado, dentro das diretrizes da PNGATI e da Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC).

O edital de prorrogação também expandiu o alcance para terras indígenas do Cerrado e da Caatinga que não estavam listadas. [Confira a íntegra do edital da Chamada Pública nº 001/2014.](#)

A seleção está aberta para organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas e fundações de direito privado que trabalhem direta ou indiretamente com povos indígenas.

Saiba mais

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi instituída pelo Decreto presidencial nº 7.747/2012, após cerca de três anos de construção, num amplo processo de consulta e diálogo com o movimento indígena.

Tem como meta promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas.

Além disso, a iniciativa visa a melhoria da qualidade de vida dos indígenas com condições plenas para a reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações, garantindo a integridade do patrimônio material e imaterial desses povos.

Fonte:

[Ministério do Meio Ambiente](#)

14 Dezesesseis mil pescadores devem receber o seguro-defeso no Amapá
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.11.2014

*Solicitação do seguro no MTE está disponível desde 10 de novembro.
Apenas pescadores com registro profissional podem receber o benefício.*

John Pacheco

Do G1 AP



Pescadores têm que comprovar exercício da atividade (Foto: Cassio Albuquerque/G1)

Desde o dia 10 de novembro os pescadores artesanais do Amapá podem solicitar o seguro-defeso, benefício destinado aos profissionais que ficam impedidos de pescar determinadas espécies em épocas de reprodução denominadas período da Piracema. Durante quatro meses, cerca de 16 mil pescadores do Amapá devem receber o benefício equivalente a um salário mínimo mensal.

O período de reprodução da guriuba iniciou em 1º de novembro e a Piracema para outras 22 espécies iniciou em 15 de novembro. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) alerta que os profissionais têm até o fim do defeso para solicitar o benefício nas colônias municipais de pescadores. Só podem solicitar o seguro aqueles que têm registro profissional, e que comprovem a venda do pescado, além de não receberem nenhum outro programa do Governo Federal.

“O pescador artesanal que necessita do seguro para sobreviver no período em que não poderá fazer a pesca tem que procurar e comprovar que realmente pratica a atividade onde reside e dizer que vive dessa atividade. Com isso, a colônia vai expedir um documento certificando a atividade”, disse Joelma Santos, superintendente do MTE no Amapá.

Período de defeso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Durante a Piracema, os pescadores e comerciantes serão obrigados a informar ao Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (Imap), a procedência dos estoques de pescado 'in natura', resfriados ou congelados, provenientes de águas continentais. A medida também vale para frigoríficos, peixarias e postos de venda.

O desrespeito ao tempo de restrição pode acarretar em multa de R\$ 1.251,00 a R\$ 50 milhões, além da apreensão do pescado e interdição da atividade do responsável pelo produto.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

15 Em nota, Diocese de Roraima se posiciona contra criação de Instituto Nacional de Saúde Indígena
SÍTIO CIMI, 18.11.2014

Inserido por: Administrador em 18/11/2014.

Fonte da notícia: [Dom Roque Paloschi - Pastoral Indigenista/Diocese de Roraima](#)



O Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas no Brasil tem sido uma das maiores conquistas das comunidades e organizações indígenas do país. A participação ativa e propositiva das comunidades indígenas nas sucessivas Conferências de Saúde conseguiu que o Estado brasileiro reconhecesse este direito e caminhasse para a estruturação de um sistema único de atendimento à saúde que considerasse as especificidades dos povos indígenas. São alicerces deste sistema o protagonismo dos povos indígenas, a autonomia administrativa dos DSEIs, a atenção primária e preventiva, a formação de Agentes Indígenas de Saúde, a integralidade do atendimento considerando a Medicina Tradicional e o conhecimento próprio dos povos, bem como mecanismos consolidados de controle social.

Em Roraima, de modo particular, a constituição do Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena - NISI/RR, durante a década de 90, permitiu que os diversos atores envolvidos somassem esforços na perspectiva sempre de um melhor atendimento à saúde das comunidades. O próprio NISI/RR já apresentou propostas concretas em 1996, quase 20 anos atrás, para a realização de um Concurso Público Específico e Diferenciado para Saúde Indígena.

A execução dos Programas de Atendimento à Saúde dos Povos Indígenas durante os anos seguintes em Roraima consolidou avanços significativos e de referência para todo o país. Cabe destacar entre seus ganhos: a formação permanente de Agentes Indígenas de Saúde, de Saneamento e de Microscopistas e Agentes de Endemias; a formação permanente também dos profissionais não indígenas que trabalhavam

CONT.



junto às comunidades; a integração do atendimento considerando os conhecimentos e práticas de pajés, curadores, parteiras e outras figuras próprias do sistema cultural dos povos; o atendimento preventivo na comunidade; o controle das ocorrências de malária e tuberculose, entre outras; o acompanhamento de nascidos e de óbitos, constituindo a mais fidedigna fonte de informação sobre dados demográficos da população indígena em Roraima. Todos estes elementos e muitos outros configuraram um sistema exemplar de atendimento à saúde dos povos indígenas, com forte protagonismo das próprias comunidades.

A Diocese de Roraima acompanhou e atuou desde o início neste trabalho, sempre em união com as organizações e comunidades indígenas. Somos testemunhas e somos também parte dos frutos e esforços empenhados. Todos estes avanços conseguidos estão hoje em sério risco. Paradoxalmente, esta situação de risco acontece a partir da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, que foi uma das maiores reivindicações do movimento indígena e seus aliados.

Basta pensar na situação em que hoje se encontram muitos Postos de Saúde e Polos Base nas comunidade se no deterioro de indicadores básicos de saúde em diversas região. Basta considerar as reclamações e reivindicações que ao longo dos últimos anos as comunidades indígenas têm externado nas Assembleias indígenas, sejam elas de caráter regional, estadual ou nacional. Os documentos conclusivos das últimas Assembleias Estaduais de Tuxauas em Roraima são suficientemente claros e apresentam demandas concretas, sejam quanto a estruturas, equipamentos, planos de formação ou protocolos de atendimento. A Casa de Saúde do Índio – CASAI - RR, passa hoje por um dos piores momentos de superlotação e escassez de recursos, o que revela as falhas no sistema de atendimento primário e preventivo.

Esta situação não é exclusiva de Roraima. Em nível nacional, os problemas no sistema de atendimento à saúde indígena são também evidentes. Nos últimos anos, o orçamento para Saúde Indígena quadruplicou no país; no entanto, os indicadores e dados expressam um retrocesso no atendimento e na saúde dos povos indígenas. Destacam os indicadores de mortalidade infantil em Distritos Sanitários como o Yanomami, Alto Solimões ou Mato Grosso do Sul. Enquanto isso, em 2013, e segundo dados da própria SESAI, apenas foram investidos o 1,3% do orçamento previsto para saneamento básico.

Já em 2014, até o mês de setembro, a SESAI apenas havia executado 7,5% do orçamento previsto no capítulo de Estruturação do setor. Existem falhas evidentes e severas na gestão da saúde indígena no país. Porém, não foi adotada nenhuma medida a respeito. Nenhuma responsabilidade política foi assumida. As desculpas quanto a dificuldades no processo de licitação, um dos principais argumentos para a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena - INSI, não parecem ter fundamentos. Principalmente quando o Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram em setembro deste ano operações no Estado de

CONT.



Bahia que revelam irregularidades nos processos de licitação De aluguel de carros para a saúde indígena. O que cabe ser exigido é uma melhor gestão que a demonstrada até o momento. A proposta da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena - INSI está sendo, quanto menos, acelerada e pouco aprofundada, o que vai à contramão dos processos consultivos e de conferência com que se pautou a Política Nacional de Saúde Indígena nos últimos 20 anos. Trata-se de mais um retrocesso grave na garantia dos direitos dos povos indígenas no contexto atual do Estado brasileiro.

O Ministério Público Federal, em Nota Pública colegiada com assinatura de até 09 Procuradores da República, questiona a constitucionalidade da criação do INSI, pois ele significaria a transferência da “execução da saúde indígena para pessoa jurídica de direito privado, que se constitui sob a forma de serviço social autônomo, não fazendo parte da administração pública, direta ou indireta”. Ainda afirma o Ministério Público Federal que a proposta de criação do INSI não consegue garantir a resolução dos problemas relativos a cumprimento das condições trabalhistas e que as alegações da suposta impossibilidade de um Concurso Público específico e diferenciado, regionalizado por DSEI, não correspondem à realidade. Por último, conclui o Ministério Público Federal que “as informações que chegaram aos representantes indígenas nos Conselhos Distritais de Saúde Indígena não atendem aos critérios da Convenção 169 da OIT para realização de consulta livre, prévia e informada”. Em audiência pública no MPF/RR celebrada no dia 17 de setembro em Boa Vista, Procurador e representantes indígenas das diferentes organizações de RR, do Condisi Leste e o Condisi Yanomami, tiveram a oportunidade de comprovar que as informações oferecidas pela SESAI aos Conselhos Distritais até o momento eram unilaterais, confusas, duvidosas e questionáveis.

Deve se destacar, todavia, que as principais organizações indígenas do país manifestaram-se contra a criação do INSI. A COIAB, a APIB, a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus e a APOINME manifestaram abertamente sua oposição. Particularmente o Conselho Indígena de Roraima - CIR afirma em Nota Pública que “não houve o tempo necessário para a discussão com as lideranças das comunidades sobre esta proposta” e que “a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) representa na prática a privatização da Saúde Indígena no Brasil, pois na proposta apresentada pela SESAI ele é descrito como uma entidade civil de direito privado”. Ao mesmo tempo, Conselhos Distritais do país, como o CONDISI Xingu e o CONDISI Litoral Sul têm se manifestado claramente contrários à criação do INSI. As informações circuladas nos últimos dias sobre os detalhes do Projeto de Lei que cria o INSI preocupam-nos ainda mais. Não apenas significa a clara transferência de responsabilidade pública para entidade de “âmbito privado”, mas também abre a porta ao financiamento privado da saúde indígena, ferindo gravemente os direitos constitucionais e viabilizando a introdução de interesses particulares naquilo que deve ser o interesse público de todos: a vida e a saúde dos povos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Em razão destas observações, e porque acreditamos profundamente na caminhada feita até hoje pelas comunidades e povos indígenas no âmbito da saúde, a Diocese de Roraima manifestou em voto vencido sua posição contrária ao modo como estava sendo conduzida a proposta de criação do INSI. A Diocese emitiu este voto contrário ao INSI seja no Condisi Leste como no Condisi Yanomami, onde tem representação.

Solicitamos que sejam consideradas e respeitadas as posições e manifestações das organizações indígenas de Roraima e de todo o país. Recomendamos a paralisação do processo de criação do INSI enquanto não seja garantido e efetivado um amplo processo de consulta prévia, livre e informada que considere as comunidades indígenas e suas organizações. Propomos ainda, que quaisquer deliberações e discussões sobre mudanças significativas no Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas sejam realizadas no contexto da Conferência Nacional de Política Indigenista, convocada pelo Governo Federal em 2015 atendendo a iniciativa do movimento indígena e da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI.

08 de novembro de 2014

Dom Roque Paloschi

Pastoral Indigenista

Bispo de Roraima

Diocese de Roraima



16 Projeto Livro Solidário está na programação da comunidade quilombola do Abacatal
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 19.11.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Nesta quinta-feira (20), a partir de 10 h, a Comunidade Quilombola do Abacatal, no município de Ananindeua (Região Metropolitana de Belém), vai comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares - símbolo de resistência à escravidão - com uma programação especial, que inclui apresentação de danças, leituras, exibição de filmes e outras atividades.

O projeto Livro Solidário, coordenado pela Imprensa Oficial do Estado (IOE), participa da programação com a entrega de kits pedagógicos, compostos por gibis e revistas para colorir, além de um varal de poesias com poemas de Castro Alves. Toda a ação acontecerá na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho, com a presença de cerca de 80 alunos, de professores e representantes da comunidade local.

Lucila Girão, técnica do projeto Livro Solidário, informou que antes da programação desta quinta-feira, a IOE visitou a comunidade para conhecer a realidade dos alunos e professores do Abacatal. “Nós observamos que eles têm uma estrutura muito boa. A biblioteca é bem estruturada, as salas de aula têm seus cantinhos de leitura. O que nós sentimos é a falta de mais incentivo para os professores desenvolverem as atividades de leitura com os alunos. É isso que vamos começar a construir com eles”, informou.

Os técnicos do projeto montarão um varal de poesias de autoria de Castro Alves, autor do poema “Navio Negreiro”. “Nós vamos reunir os alunos, professores e a comunidade para apresentar a obra de Castro Alves, considerado o poeta dos escravos e, junto com as crianças, fazer a leitura de alguns poemas, para eles saberem da importância do poeta que lutou contra a escravidão dos negros”, adiantou Lucila Girão.

Ação Leitura - Na próxima sexta-feira (21), o projeto Livro Solidário realizará uma Ação Leitura na Escola Estadual de Ensino Fundamental do Panorama XXI, na Rua São Raimundo, 30-A, em Belém. Os alunos das turmas do 4º e 5º anos do turno da manhã participarão, junto com os professores, de contação de histórias e outras atividades lúdicas, que terão o livro como protagonista. A ação será às 10 h, na biblioteca da escola, que já recebe a doação de 200 livros para reforçar o acervo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

A Imprensa Oficial vai instalar no Conjunto Panorama XXI e no bairro da Terra Firme mais dois Espaços de Leitura. Para compor esses novos acervos, a IOE retomou a campanha para arrecadar livros, revistas e gibis novos e usados, que vão abastecer também os carinhos de leitura instalados nos hospitais da Santa Casa do Pará, Ophir Loyola e Jean Bitar.

Podem ser doados romances, contos, ficção, revistas das mais diversas áreas, gibis e literatura infanto-juvenil. As doações poderão ser feitas pelos telefones 4009-7800 e 4009-7847, ou entregues na sede da Imprensa Oficial, na Travessa do Chaco, nº 2271.

Ronaldo Quadros

Imprensa Oficial do Estado



17 Comissão debate concessão de seguro-defeso para pescadores
SÍTIO CENÁRIO MT, 19.11.2014

Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia discute nesta tarde o seguro-defeso, concedido aos pescadores artesanais durante a piracema.

O debate foi proposto pelo deputado Domingos Neto (Pros-CE). O parlamentar explica que o seguro-defeso é concedido aos pescadores que exercem suas atividades de modo artesanal, na época do ano em que é proibida a pesca. Essa proibição protege o pescado durante a desova, garantindo perpetuação das espécies.

“Pescadores artesanais têm reclamado de órgãos públicos que defendem o cancelamento do seguro-defeso nos períodos de seca, sob o argumento de que a pesca já seria inviável nesse período”, explica Domingos Neto.

Segundo o deputado, os pescadores alegam que, mesmo durante anos de estiagem, trabalham até que os reservatórios atinjam níveis mínimos de água. “Após o esgotamento dos reservatórios, os pescadores, frequentemente, migram para outras bacias hidrográficas, a fim de exercer suas atividades.”

Foram convidados para discutir o assunto:

- o procurador do Trabalho, Nicodemos Fabrício Maia;
- o secretário da Pesca e da Aquicultura do Ceará Francisco Sales de Oliveira;
- o secretário substituto de Planejamento e Ordenamento da pesca, Kelven Stela Lopes;
- o gerente de projetos da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Ribas Gallucci;
- o coordenador de Aquicultura e Pesca do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (Dnocs), Pedro Eymard Mesquita;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

- o presidente da Associação de Pescadores, Cícero Lima; e

- Emilson Costa Moreira, representante da Colônia de pescadores do município de Tauá (CE).

A reunião será realizada às 14 horas, no plenário 15.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

18 MS – Começa hoje a Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe (Grande Assembleia do Povo Terena), na Aldeia Lalima

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Combate Racismo Ambiental

Começa esta noite a Sexta Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe (Grande Assembleia do Povo Terena), que será realizada na Aldeia Lalima e contará com a participação do Conselho Aty Guasu Guarani-Kaiowá e dos povos Kinikinau, Kadiwéu e Ofaié. Estarão presentes, entre outr@s, a Coordenadora Executiva da APIB, Sonia Guajajara; a presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB MS, Samia Roges Jordy Barbieri, ; e Kenarik Boujikian, Desembargadora do Tribunal de São Paulo e fundadora da Associação Juízes para a Democracia (AJD).

Foram também convidadas outras entidades que apoiam a luta das comunidades indígenas, como o Ministério Público Federal (MPF), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Departamento de Proteção Territorial da Funai, União e Procuradoria Especializada da FUNAI, RENAP, CONDEPI e Justiça Global. Veja a Programação abaixo:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

PROGRAMAÇÃO

Dia 19 – Quarta-feira

17:00hs – chegada

19:00hs – Mesa das lideranças indígenas

Momento de reza tradicional – Dança KohixotiKipáe / Dança Siputrema

Vídeos – Imagens da luta do movimento indígena

Dia 20 – Quinta-feira:

Mesa 1 (8:00 as 12:00) –Conjuntura Nacional e Internacional da luta dos povos indígenas

Esta mesa destina-se a análise da conjuntura nacional e internacional da luta dos povos indígenas do Brasil e América Latina, refletindo sobre a legislação indigenista e os principais desafios das populações tradicionais diante do modelo de desenvolvimento adotado pelos Estados Nacionais. Proposições legislativas em trâmite serão alvo de análise e contará com assessorias técnicas de profissionais que atuam na defesa judicial dos povos indígenas e lideranças indígenas que acompanham o movimento indígena.

Convidados: Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Plataforma Dhesca, Associação Juízes para a Democracia, entre outros.

Mesa 2 (13:30 as 18:00) –Situação Jurídica das terras indígenas de Mato Grosso do Sul

Tem por objetivo informar as lideranças presentes a situação atual dos procedimentos demarcatório de cada terra indígena, bem como os processos judiciais em trâmite na Justiça Federal de Mato Grosso e nos Tribunais Superiores.

Convidados: Departamento de Proteção Territorial da Funai, Ministério Público Federal (MPF), Advocacia da União e Procuradoria Especializada da Funai.

20:00hs – Apresentação Cultural Guarani/Kaiowá

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Dia 21 – Sexta-feira:

Mesa 3 (8:00 as 12:00) – Os direitos dos Povos Indígenas nos tratados internacionais

Tratará da legislação internacional dos direitos dos Povos Indígenas fortalecendo assim a discussão na comunidade e também refletir sobre a efetivação desses direitos. Desta maneira esta mesa tem por objetivo trabalhar essa gama de legislação voltada para os povos indígenas, em especial a Convenção 169 da OIT que consagra princípios importantes como a autonomia, livre determinação dos povos e o direito a consulta e consentimento prévio, livre e informado.

Convidados: Secretaria de Articulação Social da Presidência da República, Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB, RENAP, CONDEPI e Justiça Global.

Mesa 4 (13:30 as 18:00) – Retomada da educação escolar indígena

Este momento é coordenado pelos professores indígenas e tem por objetivo discutir sobre educação indígena, escola indígena, práticas interculturais e processo próprio do ensino – aprendizagem na língua materna. Como inovação, esta mesa se propõe também a “desconstruir a doutrina do descobrimento” que se firmam nas teorias, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou indivíduos, ou que a defendem alegando razões de origem nacional ou diferenças raciais, religiosas, étnicas ou culturais.

Convidados: Representante indígena do Conselho Nacional de Educação no MEC; Secretaria Estadual de Educação; Secretarias municipais de educação; Representante dos Povos do Pantanal no MEC e Representante Guarani Kaiowá no MEC

Dia 22 – Sábado:

Mesa 5 (8:00 as 12:00) – Sustentabilidade e Meio ambiente

Pretende-se refletir junto com a comunidade a gestão territorial e ambiental em terras indígenas. Desde 2009, por meio da Portaria Interministerial nº. 434, o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, composto por membros da Funai, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e representantes indígenas tem discutido a construção da proposta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com a finalidade de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas.

Convidados: Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – FUNAI; Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Ministério da Pesca – MPA; Conselho GATTI

Mesa 6 (13:30 as 18:00) – Saúde indígena em Mato Grosso do Sul

A mesa destina-se a tratar da situação atual do atendimento e prestação da saúde nas comunidades indígenas. Analisar a política de saúde indígena e os principais desafios a sua persecução. Discute-se também a medicina tradicional e a retomada de práticas tradicionais por uma alimentação saudável.

Convidados: CONDISI; Sesai; Conselho de Saúde, Técnicos e profissionais da área de saúde.

Dia 23 – Domingo

Mesa 5 (13:30 a 18:00) – Organização do Conselho Terena

CNPI – Conselho dos Povos indígenas e sua organização – Questão Política

Documento Final

Realização:

HÁNAITI HO' ÚNEVO TÊRENOE – CONSELHO DO POVO TERENA

Apoio:

Conselho AtyGuasu – Guarani Kaiowá

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

CESE

NEPPI/UCDB

Rede de Saberes/UCDB

Funai



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

19 “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” é lançado em ritmo Amazônico
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

[Munduruku Indians: Weaving Resistance.](#)

O tempo em várias comunidades da Amazônia segue uma lógica diferente quando comparado aos grandes centros urbanos do resto do Brasil. Na língua Munduruku, por exemplo, o mais próximo da divisão de horas ao longo do dia são as palavras Kabiá, Wuykat e Kabiun, que traduzindo seria manhã, tarde e noite.

Devido a importantes alterações de última hora e seguindo a dinâmica da Amazônia, o documentário de Nayana Fernandez “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” pegou um rabetinha (barco de madeira típico da região), se atrasou, e foi lançado apenas ontem (18) no Brasil.

A demora de um dia – que para o ritmo frenético das cidades pode ser uma eternidade – foi por uma boa causa. A produção de Índios Munduruku: Tecendo a Resistência acaba [de] fechar uma aliança com o movimento Munduruku Apereg Ayu.

Trata-se de uma colaboração entre a produção do documentário, das guerreiras e guerreiros Munduruku, além de colaboradores locais, como o coletivo **Amazônia em Chamas**, que se uniram na busca de fortalecer as ações do povo Munduruku ao longo do rio Tapajós e seus afluentes.

Essa colaboração, que será lançada bastante em breve em uma campanha de financiamento coletivo, tem algumas metas:

Apoiar a comunicação do progresso de resistência dos Munduruku;

Legalização de uma associação;

Distribuição, tradução e dublagem do documentário para a língua Munduruku;

Apoiar diretamente o processo de autodemarcação das terras Munduruku na região do Médio Tapajós.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Contatamos com o apoio de vocês, e agora, sem mais demora, apresentamos aqui o documentário na íntegra.



Índios Munduruku: Tecendo a Resistência

Dir. Nayana Fernandez | 25min | Português e Inglês

O governo brasileiro está planejando construir um grande número de barragens hidrelétricas nos rios da Amazônia, destruindo a biodiversidade e interrompendo o modo de vida de milhares de índios e populações locais. Agora que as obras da gigante barragem de Belo Monte, no rio Xingu, estão a todo vapor, o governo está avançando com o seu próximo grande projeto – uma série de barragens no rio Tapajós. Mas os mais de 12.000 índios Munduruku, temidos como guerreiros, vivem nessa região e estão se mobilizando.

O documentário mostra a vida em uma aldeia Munduruku, onde as tarefas tradicionais são praticadas diariamente e as crianças crescem com uma liberdade admirável. O filme documenta o crescimento de sua resistência, que de diferentes formas sempre existiu, inclusive entre as mulheres, que têm papel fundamental nessa luta, e que agora também estão se levantando como guerreiras na articulação contra as barragens hidrelétricas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Ficha técnica

Reino Unido/Brasil, 25min

Dir.: Nayana Fernandez

Produção: Sue Branford, Mauricio Torres e Nayana Fernandez

Camera / Som: Nayana Fernandez

Edição: Nayana Fernandez e Jason Brooks

Edição de Som: Aquiles Pantaleão e Michal Kuligowski

Desenho de Som: Michal Kuligowski

Graficos: Mariana Delellis

Música: “Whispers” – Por Kushal Gaya e Jenny Sutton

Este documetário foi produzido de forma independente, com apoio de algumas organizações, grupos da região do Tapajós e lideranças Munduruku. Toda a pós-produção foi executada graças ao trabalho colaborativo e solidário.



20 Movimento de Pescadores Artesanais discute pesca de pequena escala no país SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Os participantes discutirão propostas de lei para regulamentar a prática pesqueira, especialmente a de baixa escala de produção

Arthur Paganini – [Correio Braziliense](#)

Brasília sedia, até hoje, quarta-feira (19/11), uma série de reuniões e atos que marcam a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. O encontro, organizado pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), pretende ampliar as discussões que tratam da pesca de pequena escala pelas comunidades pesqueiras de todo país. Dezenas de representantes da pesca artesanal de todo país participam das atividades.

Os trabalhos foram abertos na segunda-feira (17). Entre as atividades, os participantes analisaram a conjuntura política da pesca e assistiram ao lançamento do vídeo documentário Vento Forte, que trata dos conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras. Apoiado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o vídeo relata os diversos desafios que envolvem a sobrevivência das comunidades pesqueiras, como a aquicultura empresarial, o turismo predatório, a pesca industrial, entre outros fatores.

Nesta terça-feira, o movimento se reúne para discutir propostas de lei para regulamentar a prática pesqueira, especialmente a de baixa escala de produção. Amanhã, os participantes serão recebidos pela

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

secretaria-geral da Presidência da República. O evento ocorre no Retiro Assunção, na 611 Norte, em frente à via L2.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que a atividade envolva aproximadamente 2 milhões de pessoas e que o setor seja responsável por aproximadamente 45% da produção de pescado do país. Segundo dados do MPA, de setembro de 2011, de cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais e, atualmente, estão organizados em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas.

No entanto, os maiores desafios da pesca artesanal estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais, ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, ao desconhecimento da legislação na base, aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca. A participação no evento é gratuita e os resultados das discussões também poderão ser acessados pelos interessados. Para mais informações, acesse pelo territoriopesqueiro.blogspot.com.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.

21 A Consulta Prévia e o Sagrado, por Felício Pontes e Rodrigo Oliveira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Em [Consulta Prévia](#)

Na semana passada, terminou em primeira instância o processo judicial contra o governo brasileiro por violação do direito Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, na divisa dos Estados do Pará e Mato Grosso. A ação judicial – apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) e do Estado do Mato Grosso (MPE-MT) – foi julgada **procedente** e determinou a suspensão do licenciamento da Usina até a realização da CPLI aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, como exige a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Cachoeira Sete Quedas

A Usina está sendo construída na Cachoeira de Sete Quedas, local sagrado para esses povos indígenas. Lá vive a Mãe dos Peixes, o músico chamado Karupi, o espírito Karubixexé, e os espíritos dos antepassados (lugar em que não se pode mexer – uel). Em 2012, os indígenas divulgaram uma carta contra a barragem: “As cachoeiras de Sete Quedas, que ficariam inundadas pela barragem, são o lugar de desova de peixes que são muito importantes para nós, como o pintado, pacu, pirarara e matrinxã. A construção desta hidrelétrica, afogando as cachoeiras de Sete Quedas, poluindo as águas e secando o Teles Pires rio abaixo, acabaria com os peixes que são a base da nossa alimentação. Além disso, Sete Quedas é um lugar sagrado

CONT.



para nós, onde vive a Mãe dos Peixes e outros espíritos de nossos antepassados – um lugar onde não se deve mexer”.

Quando se escuta as narrativas dos Munduruku, percebe-se a grandiosidade do significado da Cachoeira Sete Quedas para esse povo. Buscando um paralelo na nossa cultura ocidental, é possível dizer que destruir a Cachoeira Sete Quedas é como destruir o Muro das Lamentações para os judeus, ou a Gruta de Lourdes para os católicos.

Segundo a Funai (órgão indigenista), o local não possui apenas referência simbólica à cultura imaterial daqueles povos, como também abriga grande riqueza ecológica, por ser um berçário natural de variadas espécies de peixes. O órgão responsável pelo licenciamento ambiental, Ibama, **reconhece** que “a maioria das espécies reofílicas [espécie de peixe que precisa nadar contra a correnteza para crescer e se reproduzir] sofrerá grande impacto por ocasião do empreendimento com extinção local dessas populações”.

Processo judicial

O argumento para não fazer a CPLI é o fato de a Cachoeira Sete Quedas não estar localizada na Terra Indígena. A mesma justificativa também foi usada no caso da UHE Belo Monte. Para o governo, a CPLI somente seria aplicável se o empreendimento estivesse no interior da Terra Indígena. E a Cachoeira de Sete Quedas está a 40 km de distância da Terra Indígena Kayabi.

A Justiça Federal, no entanto, considerou que o empreendimento não precisa estar dentro dos limites da Terra Indígena para que seja exigida a consulta prévia. Os documentos mostram que “a UHE Teles Pires impacta diretamente os povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká e seus territórios”, como, por exemplo, pelo desaparecimento de espécies de peixes que consomem, ou pela agressão a locais sagrados. Este fato é suficiente para surgir o direito à CPLI, pois a Convenção n. 169 não emprega o critério da localização.

Nesse processo judicial, os indígenas foram vitoriosos em todas as decisões de mérito. Obtiveram liminar em 2012, o governo recorreu, mas o Tribunal manteve a **decisão**. E agora a Justiça Federal sentenciou favoravelmente aos indígenas. Porém, as obras não paralisaram. A explicação para a continuidade das obras a despeito de sucessivas decisões judiciais contrárias é a **Suspensão de Liminar**. Este instrumento processual tem origem na ditadura militar e permite que o Presidente do Tribunal suspenda decisões legítimas de juízes inferiores que possam causar “lesão à ordem e economias públicas”, sem que o mérito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

seja discutido. Como consequência, hoje, os indígenas não podem mais visitar seu local sagrado e estão acometidos de **doenças** por fazerem o que sempre fizeram: **beber a água do rio**.

O processo da UHE Teles Pires revela os desafios para a implementação da CPLI. Pouco a pouco, o Poder Judiciário reconhece o direito à consulta (vide as Usinas Hidrelétricas de **Belo Monte, São Luiz Tapajós, São Manoel**, Teles Pires e o **Polo Naval do Amazonas**). No entanto, todo o esforço tem sido vão, pois, amparado pela Suspensão de Liminar, o governo federal nunca realizou uma única Consulta Prévia, Livre e Informada, mesmo com as decisões judiciais favoráveis. O governo tenta impor, mais uma vez, a condição de invisibilidade aos povos indígenas.

Veja também:

[Os Munduruku e a consulta póstuma, por Felício Pontes e Rodrigo Oliveira](#)



22 Alagoas amplia adesão de Comunidades Quilombolas no Cadastro Único
SÍTIO AQUI ACONTECE, 19.11.2014

A Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades) trabalha de forma articulada com outras áreas de políticas públicas como a educação, saúde, cultura e direitos humanos para garantia dos direitos sociais das comunidades remanescentes de Quilombos em Alagoas. A ação mais importante é a mobilização para ampliar o número de famílias destas comunidades inseridas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O cadastramento destas comunidades no CadÚnico é uma ferramenta para identificação e classificação das famílias de baixa renda para programas sociais do Governo Federal, além disso, a ação faz parte do programa Alagoas Tem Pressa, que visa combater a pobreza extrema no Estado. Deste modo, os remanescentes de Quilombos podem ter acesso a programas como o Bolsa Família e a Tarifa Social de Energia, dentre outros.

Até o ano de 2006 haviam 18 comunidades quilombolas cadastradas do Estado de Alagoas, número que só vem crescendo desde então. Entre 2007 e 2010 foram realizados 41 cadastros chegando ao total de 65 comunidades quilombolas certificadas e uma em processo de estudo, segundo dados da Fundação Cultural Palmares. A maior concentração destas comunidades em Alagoas se encontra na micro região serrana dos Quilombos, que possui 7 municípios, sendo eles Chã Preta, Pindoba, Ibateguara, Santana do Mundaú, São José da Laje, Viçosa e União dos Palmares que é o mais populosos destes.

Apenas no ano de 2010, quando se iniciaram os cadastros no CadÚnico, foram cadastrados 1628 quilombolas, trabalho que continua acontecendo. Existia uma estimativa de 2264 cadastros, expectativa que foi superada. Atualmente existem 4342 quilombolas cadastrados, quase o dobro do número esperado, como afirma Superintendente de Fortalecimento do Sistema Descencetralizado da Seades, Edmilson Vasconcelos. “A Fundação Palmares estabeleceu metas para o cadastramento de quilombolas em Alagoas, baseado-se em dados do IBGE foi feita uma estimativa de famílias quilombolas no Estado.”

por **Agência Alagoas**

23 Indígenas da etnia Tikuna são registrados como técnicos de enfermagem
SÍTIO D24am, 19.11.2014

Eles passaram por várias dificuldades para que pudessem concluir o curso, que durou três anos.

Com informações de assessoria / portal@d24am.com



Secretário Amarildo Munduruku ao lado dos indígenas recém-formados

Foto: Divulgação

Manaus - Após quase três anos de aulas teóricas e participação em estágio, os indígenas José Joaquim Tikuna, 50, e Raimundo Quirino Tikuna, 45, estão entre os mais novos técnicos de enfermagem do Amazonas. Nesta terça-feira (dia 18), em Manaus, eles receberam o registro do Conselho Regional de Enfermagem (Coren) e, de posse da carteirinha do órgão, comemoraram uma conquista que foi marcada, em grande parte, por idas e vindas.

Para chegar ao local das aulas, os dois precisaram enfrentar uma verdadeira maratona, com viagens de barco, que duravam até 12 horas, entre a aldeia e Tabatinga (a 1.105 quilômetros de Manaus), no alto rio Solimões.

O resultado de tanto esforço e superação começou a ser recompensado em outubro deste ano, quando José e Raimundo receberam o certificado de conclusão do “Curso Técnico em Enfermagem”, durante cerimônia realizada no próprio município.

CONT.



Ao todo, 32 alunos participaram da primeira turma do curso, que é destinado exclusivamente aos povos indígenas e é oferecido desde 2012 pelo Governo do Amazonas, por meio da parceria entre a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam). A ação é do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O objetivo é contribuir para o fomento de ações de formação técnica e profissional qualificada no interior do Estado, além de atender às demandas apresentadas pelas próprias comunidades e organizações indígenas dos municípios.

“A proposta é preparar essas pessoas para o mercado de trabalho, gerar ocupação para os mais jovens, oportunizar que os indígenas estejam qualificados para atender as demandas de suas comunidades e afastá-los do envolvimento com bebidas alcoólicas e demais drogas, entre outros problemas”, ressaltou a chefe do Departamento de Promoção dos Direitos Indígenas da Seind (Depi), Rose Meire Barbosa.

Moradores de Belém do Solimões, em Tabatinga, José e Raimundo são apenas dois, dos 13 alunos daquela comunidade indígena a fazer o curso em Tabatinga, nessa primeira turma. Apesar da longa distância entre a aldeia e a sede do Cetam, os indígenas se revezaram em alojamentos cedidos pela Prefeitura de Tabatinga, com o apoio da Seind, para não perder um só dia de aula.

Oportunidade

Atual conselheiro distrital de saúde, desde fevereiro deste ano, José ressaltava que a formação dos novos técnicos irá beneficiar não somente os 9,8 mil indígenas que vivem em Belém do Solimões, mas também as 27 comunidades de abrangência, que corresponde a 11,6 mil pessoas.

Atualmente, Belém do Solimões possui três enfermeiros não indígenas, todos funcionários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Segundo José, esse número deverá duplicar em breve, com a contratação de técnicos indígenas.

“A previsão é que sejam contratados três enfermeiros indígenas por ano. A primeira deverá ocorrer em janeiro de 2015, com os nomes indicados pelas lideranças e o próprio Condisi”, informou José Joaquim Tikuna, que tem sete filhos e trabalha na saúde indígena desde 2006.

Mais formatura

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Aproximadamente 433 alunos (de 23 municípios) estão em sala de aula em processo de formação nas áreas técnicas que envolvem também os cursos de Análises Clínicas e Saúde Bucal.

Seis turmas estão em fase de conclusão, com perspectiva de formar em 2015, nos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Lábrea, Pauini, Santo Antônio do Içá e São Gabriel da Cachoeira.



24 Adolescente Guarani-Kaiowá é atropelada por pistoleiro e está em estado crítico
SÍTIO CIMI, 19.11.2014

Inserido por: Administrador em 19/11/2014.

Fonte da notícia: [Luana Luizy- Assessoria de Comunicação, Cimi](#)

Jocikelle Martins Guarani-Kaiowá de 17 anos andava pela estrada de terra, rodeada por plantações de soja, a caminho da escola na manhã de 17 de novembro, quando um motoqueiro em alta velocidade veio na sua direção e a arremessou para longe.

Ainda no período da manhã, a adolescente foi encaminhada com escoriações nas pernas, braços e ouvido ensanquetado para o hospital de Coronel Sapucaia (MS), distante 30 km da Aldeia de Kurusu Ambá, onde só foi atendida às 16h da tarde. “Ela foi para o hospital e lá só deram soro”, afirma a liderança Eliseu Guarani-Kaiowá, segundo o indígena Jocikelle ainda passa mal. “Ela ta vomitando sangue, machucada na perna, nos braços. Como a liberaram nesse estado?”, questiona Eliseu.

Segundo a diretoria do Hospital de Coronel Sapucaia, a indígena ficou em observação durante toda à tarde de ontem, onde fez exames e se encontrava em estado estável quando foi liberada hoje, 19 de novembro. Os indígenas já acionaram a Funai para que a adolescente seja atendida na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).



Infelizmente o caso de Jocikelle não é isolado, para os indígenas o atropelamento foi pré-meditado e arranjado por pistoleiros. Os Kaiowá de Kurusu Ambá estão expostos a um contexto alarmante de violência e já vêm denunciando a circulação de grupos armados na região que rondam e atacam constantemente o acampamento. Assim é o cotidiano dos Kaiowá na área: fome, ameaças frequentes, intimidações,

CONT.



pulverização proposital por agrotóxicos e mortes. Desde 2007 já foram mais de 10 assassinatos em processos de retomadas.

Em resposta ao atropelamento de Jocikelle, cerca de 30 famílias retomaram ainda ontem, 18 de novembro, mais uma parte do tekoha, o território tradicional que incide na Fazenda Barra Bonita.

Mesmo com ordem de reintegração de posse já em vigor para outra área de retomada, os indígenas prometem resistir. “Todos os Guarani-Kaiowá estão apoiando o movimento, a guerra não vai parar porque nunca resolveram a demarcação, enquanto isso lideranças são mortas e baleadas. Uma violência tamanha que já não aguentamos, mas vamos continuar resistindo”, reitera Eliseu.

O Grupo de Trabalho (GT) da Funai foi instaurado em 2008, mas ainda sim a demarcação do território não foi realizada. Os Kaiowá exigem a imediata continuação dos procedimentos demarcatórios e pedem em caráter de urgência ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal que todas as medidas para garantir a segurança das famílias sejam tomadas.

Durante visita a Brasília em outubro, uma comitiva composta por mais de 45 lideranças Guarani-Kaiowá pediram mais segurança ao Ministério da Justiça que se comprometeu a dialogar com a Força Nacional e a Polícia Federal a fim de instalar um programa de acompanhamento nas áreas e rotas de fronteira que hoje estão ameaçadas de despejos forçados pelos pistoleiros e jagunços dos fazendeiros, dentre elas Kurusu Ambá. No entanto, parece que nenhuma das reivindicações feita pelos indígenas foi feita desde então.

Os Kaiowá sofrem com o silêncio e omissão das autoridades governamentais frente ao extermínio em que estão expostos, mas ainda sim se recusam a desistir, com a única certeza de que a demarcação dos territórios tradicionais é a única forma de cessar a violência e permitir uma vida digna dentro de seus costumes e tradições.

25 Ninawa ganha na Justiça do Acre direito de ter o nome da etnia Huni Kui em seu sobrenome
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



O indígena Ninawa Huni Kui com sua filha, Shōkuāni (Imagem: Arquivo Pessoal).

Kátia Brasil, [Amazônia Real](#)

Ninawa Inu Huni Kui é um homem da floresta até no nome que recebeu, na língua Pano, dos avós. Ele nasceu em março de 1979 na aldeia Belo Monte, na Terra Indígena Katukina/Kaxinawá, no município de Feijó, no Estado do Acre.

Seu nome indígena traduzido em português significa Ninawa – homem da floresta –, e Inu – filho de onça. O sobrenome Huni kuin quer dizer “homens verdadeiros” ou “gente com costumes conhecidos”.

Ninawa Inu, 35 anos, presidente da Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre, conviveu por muitos anos com a insatisfação de não ter o nome e o sobrenome indígenas no Registro de Nascimento.

Quando seu pai foi registrá-lo no cartório da cidade, um padre que vivia na região mudou o nome do indígena para José Carmélio Alberto Nunes.

Em 2012, Ninawa Inu requereu a retificação do nome na língua portuguesa para o indígena no registro à Defensoria Pública Estadual. Ele aguardou dois anos por uma solução.

No último dia 11 de novembro, numa decisão inédita da Justiça do Acre, o juiz Marcelo Badaró Soares, da Vara de Registros Públicos do Fórum de Feijó, acatou o pedido do indígena.

José Carmélio Alberto Nunes deixou de existir. Passou a ser oficialmente Ninawa Inu Pereira Nunes Huni Kui.

CONT.



O nome Pereira e Nunes são os sobrenomes, respectivamente, da parte da mãe, Maria Alberto, e do pai, Dionísio Cassimiro, ambos índios Kaninawá, que também foram registrados por padres católicos com nomes na língua portuguesa

Índios Kaxinawá pertencem ao tronco linguístico Pano. Eles se designam como nawa. Cada um dos nawa se autodenominam Huni Kui (ou Kaninawá). No Brasil, esses indígenas habitam a floresta amazônica no Estado do Acre, na área que compreende os rios Alto Juruá e Purus, e o Vale do Javari, no Amazonas. Nesta região vivem cerca de 10.400 índios Kaxinawá.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE NASCIMENTO
NOME: NINAWA INU PEREIRA NUNES HUNI KUI
MATRÍCULA: 001446 01 55 1980 1 00003 052 0002562 81
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO: Quinze de março de mil novecentos e setenta e nove
HORA: 17:00
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Feijó/AC
LOCAL DE NASCIMENTO: em Ser. Liege neste município.
SEXO: masculino
AVÓS: DIONÍSIO CASSIMIRO NUNES e MARIA ALBERTO PEREIRA
Paternos: MARIA DO CARMO NUNES e JOSÉ BRAGA CALISTA
GÊMEOS: Não
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO: Vinte e oito de março de mil novecentos e oitenta
NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO: Não informado
OBSERVAÇÕES: 2ª VIA. A presente certidão contém rasuras no nome da genitora e da avó materna do registrado. A presente certidão envolve elementos de averbação à margem do termo.
EMPONENTES ISENTOS: (Selo de Fiscalização nº AB580057-00 - CERTIDÃO - REG. CIVIL
Cód. Validação: 9CC7-2376-D2E8-E9F9 - Consulte o selo em: www.seloacre.com.br
NOME DO OFICIAL: SERVENTE EXTRAJUDICIAL DE FEIJÓ - AC
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.
Feijó/AC, 11 de novembro de 2014.
SILVANO DECARLI
Tabelião

À agência **Amazônia Real**, Ninawa Huni Kui contou como enfrentou os obstáculos para ter reconhecido o nome indígena escolhido pelos seus avós Kaninawá na Certidão de Nascimento no relato abaixo:

“Sou filho de Huni kui. Minha mãe se chama Maria Alberto Pereira e meu pai, Dionísio Cassimiro Nunes. Os nomes deles foram dados por padres católicos. Quando meu pai foi me registrar, um padre na época colocou meu nome de José Carmélio Alberto Nunes. Não foi colocado nada do nome do meu povo.

Mas desde criança eu não gostava do nome José Carmélio. O nome que eu queria ser reconhecido era

CONT.



Ninawa Inu. Nome que meus avós me chamavam. Meus primos e outros povos indígenas também me chamam assim.

O meu nome Ninawa tem um significado: Ni, quer dizer homem, e nawa, floresta. Sou o homem da floresta.

Quando entrei para a militância do Movimento Indígena no Acre, expandi cada vez mais o meu nome Ninawa. Cheguei a certo momento de ter dificuldades de identificação.

Tenho o ensino médio completo e comecei duas faculdades, Administração e Gestão Ambiental, mas por conta das lutas do Movimento Indígena não pude concluir.

Sou casado com a afro-brasileira Aldenira de Souza Cunha. Tenho uma filha de 12 anos.

Sem conhecimento do direito no registro de nascimento, dei o nome para minha filha de Jamilly Katrinne. Mas ela tem o nome indígena, Shãkuãni, que significa “galho que nasce na emenda da árvore”.

Pela luta e defesa dos direitos indígenas do Acre e da floresta amazônica, viajei pelo Brasil e já estive em países como Bolívia, Peru, Estados Unidos, México, Espanha, Coreia do Sul e aí por diante. Meu passaporte tem o nome de José Carmélio Alberto Nunes.

Mas, pouquíssimas pessoas conheciam José Carmélio Alberto Nunes. Em algumas vezes nessas viagens passei despercebido...

Sempre tive muita vontade de ter meu verdadeiro no meu registro de nascimento. Algumas vezes procurei informação da Funai (Fundação Nacional do Índio) para fazer a mudança no registro. Me diziam que dava muito trabalho. Que seria impossível de retificar o registro de nascimento.

Até que veio a oportunidade na 144ª. Reunião Ordinária do [Conselho Nacional de Justiça](#) em 2012. Essa reunião reforçou o direito dos povos indígenas interessado em acrescentar no Registro de Nascimento os nomes do indígena, da etnia como sobrenome, da aldeia de origem e a de seus pais, como informação a respeito das respectivas naturalidades, e o do município de nascimento. Dei entrada de um pedido de retificação no MPE (Ministério Público do Estado).

Em 30 dias veio a resposta indeferindo o pedido de acrescentar o meu nome e sobrenome indígenas no Registro de Nascimento.

Depois, dei entrada novamente no MPE com outro procurador, que fez um processo bem esclarecido. Em 15 dias chegou a resposta do promotor solicitando vários documentos da Secretaria de Justiça e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2014

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Segurança, da Polícia Federal e outros órgãos de controle.

Demorou mais de nove meses para serem analisados. Por último, eles solicitaram o RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Índio) da Funai.

Fui na Funai procurar o tal RANI. Tive uma grande dificuldade. Conversei com a servidora responsável sobre o assunto. Ela me disse que tinha dificuldade em expedir o documento porque não sabia o que poderia ser feito. Conclusão: foi negado o tal RANI pela Funai.

Então pensei em outra maneira. Fui até o juiz para que ele solicitasse o documento da Funai, que por sua vez, não negou para o Juiz de Direito, Marcelo Badaró Duarte. Não tive nenhuma audiência. Hoje sou Ninawa Inu Pereira Nunes Huni Kui. Essa é minha história”.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



26 Unidade móvel para atendimento à mulher participa da semana da consciência negra
SÍTIO AQUI ACONTECE, 19.11.2014

A Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos participa com a unidade móvel de atendimento à mulher em situação de violência das comemorações da semana da consciência negra. As atividades começam nesta quarta-feira (19) na comunidade quilombola de Jussarinha, no município de Santana do Mundaú.

A ação ocorre através da Superintendência de Promoção dos Direitos e de Políticas para a Mulher.

Na programação estão previstas palestras sobre a violência contra mulher e a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial e jurídico, bem como a distribuição de material informativo e educativo. A atividade é desenvolvida pela Superintendência e o Fórum Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra Mulheres Rurais de Alagoas.

Dando continuidade à programação, na quinta-feira (20), Dia Nacional da Consciência Negra, a unidade móvel estará na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares. Lá, estará com equipe multidisciplinar (psicólogas, assistentes sociais e advogadas), representantes do Fórum e munida de material para serem distribuídos aos participantes das festividades.

Para a superintendente de Promoção dos Direitos e de Políticas para a Mulher, Solange Viégas, trata-se de um momento em qual as mulheres de cada comunidade visitada tomam conhecimento dos mecanismos que estão a sua disposição para protegê-las das várias formas de violência doméstica que possam ocorrer com elas.

“A nossa expectativa é que o maior número de pessoas tomem conhecimento da importância da Lei Maria da Penha como ferramenta jurídica proteção e defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência”, assinalou Solange Viégas.

por **Agência Alagoas**